

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.:

Data: *04.10.83*

Pg.:

Planalto abranda posição no caso Juruna

Gov. não aceita censura ou advertência, mas exige pelo menos a suspensão do parlamentar



Marcello reuniu-se com a Mesa da Câmara, de manhã e à tarde, enquanto a tensão tomava o Congresso

JOMAR MORAIS

BRASÍLIA — O primeiro sinal de que ontem seria um dia de tensão e sobressaltos, nos corredores e gabinetes do Congresso, foi dado por volta das 9h30 pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Néelson Marchezan. "A pena de censura pública e a advertência ao deputado Mário Juruna não será satisfatória para o Planalto", disse Marchezan ao presidente da Câmara, Flávio Marçílio, ao 2.º vice-presidente Válter Guimarães e ao 1.º secretário Fernando Lira, durante conversas reservadas no gabinete da liderança do PDS.

Apreensivo e, segundo seus interlocutores, às vezes demonstrando indecisão, Marchezan insistiu para que fosse aplicada ao cacique ao menos a pena de suspensão, alegando que a punição mais leve poderia ser interpretada pelo governo como um ato de radicalismo dos parlamentares. Não convenceu nenhum dos dirigentes da Casa, apesar de Flávio Marçílio, na véspera, ter chegado a admitir a suspensão do deputado por um período máximo de cinco dias.

"A censura pública é a saída conciliatória", respondeu o deputado Fernando Lira ao líder governista. "Seríamos radicais se devolvêssemos os cargos dos ministros, já que a lei não lhes dá competência para solicitar da Mesa da Câmara a punição de qualquer parlamentar". O outro pólo de intransigência, na opinião do 2.º secretário, é a exigência de cassação do deputado pelo governo.

"Estou com a instituição"

Marchezan, ainda mais apreensivo, insistiu em sua tese e garantiu que faria todo esforço para o governo aceitar a suspensão de Juruna, arquivando qualquer possibilidade de confronto. "Acho que tenho condição para isso", afirmou o deputado governista. Mas outra vez um membro da Câmara tentou desmontar-lhe o argumento lembrando o seu mais recente insucesso em tentativa de gênero.

Na terça-feira passada, Marchezan, após avistar-se com o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, João Leirão de Abreu, comunicou à Mesa da Câmara que o convenceria a estancar na raiz o plano de envio à sala de oficiais ministeriais pedindo a punição do deputado. Em contrapartida, a Mesa diretora assumiria a iniciativa de censurar o parlamentar. Leirão de Abreu, de fato, pretendeu honrar o compromisso assumido, mas não contou com a aprovação do presidente Figueiredo e antes mesmo que pudesse dissuadir o chefe do governo foi atropelado pelo pedido encaminhado à presidência da Câmara pelo ministro Delfim Neto, que se antecipeou em 24 horas a seus colegas, inclusive os ministros militares.

A conversa com os três integrantes da Mesa da Câmara acabou de forma seca e incômoda para o líder do governo. "Marchezan, o que eu quero saber é se você está do lado das pressões ou da instituição (o Parlamento)?" perguntou-lhe Fernando Lira. "Eu estou com a instituição", disse o deputado do PDS.

Pouco depois, Marchezan tentaria vender a sua tese aos líderes oposicionistas, também reunidos em seu gabinete. Em vão. O líder do PMDB, deputado Freitas Nobre, disse-lhe que o seu partido estará solidário com o PDT, que defende a pena de censura para o seu parlamentar, e advertiu o líder governista de que qualquer tentativa de suspender ou cassar o deputado será rachaçada pelo plenário da Câmara. Marchezan não se deu por vencido. Foi então que o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, que se encontrava presente, interveio de forma fulminante: "Tudo bem, você quer a suspensão. Mas eu pergunto: você acha que a sua bancada aprova?" Marchezan calou-se.

A tarde, indagado por jornalistas sobre o que poderá acontecer se o presidente Figueiredo — o principal interessado na cassação do deputado — não aceitar a decisão que a Mesa da Câmara tomará hoje, Marchezan foi reticente: "Eu não posso adivinhar", disse.

A essa altura, parlamentares pessimistas e da oposição, inclusive os líderes de partidos, já trafegavam pelos corredores da Câmara consultando o artigo 158 da Constituição, que prevê a decretação do estado de emergência. Afinal, o senador Dinarte Mariz já se encarregava de reforçar os temores, espalhando a notícia de que o decreto estaria redigido, sobre a mesa do Presidente.

Cimi protesta, enquanto Funai não faz comentário

BRASÍLIA — Em nota assinada pela presidência, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifestou "repúdio à pressão e ao clima de guerra que se instauraram contra Mário Juruna". Enquanto isso, o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, recusa-se a fazer qualquer comentário e a assessoria jurídica do órgão tutor afirma que "a Funai só apresentará seu parecer quando o caso estiver solucionado".

Diz ainda a nota do Cimi: "Manifestamos estranheza diante da proporção que o caso está tomando, pois julgamos que a problemática do decreto-lei 2.045, julgamento dos padres franceses no próximo dia 11, o caso dos Pataxós e o quadro caótico de miséria no País, que são mais emergentes, estão sendo camuflados."

Aureliano suspende vinda a SP e espera os acontecimentos

BRASÍLIA — O vice-presidente Aureliano Chaves cancelou ontem a viagem que faria hoje a São Paulo a fim de "aguardar os acontecimentos", segundo explicou sua assessoria.

Aureliano compareceria à posse da diretoria do Sindicato de Energia Elétrica de São Paulo e seria homenageado amanhã com um almoço na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, oferecido pelo empresário Laerte Setúbal.

A viagem estava prevista há mais de uma semana e chegou a ser confirmada ontem pela manhã. À tarde, depois de conhecer a notícia de que a Mesa da Câmara havia adiado para hoje sua decisão sobre o caso Juruna, o vice-presidente decidiu cancelar a viagem.

Clima de 1968

O deputado Alcides Franciscato (PDS-SP) observou ontem, após audiência com o ministro Mário Andreazza, que "o clima político atual lembra 1968", referindo-se aos dias que precederam a edição do Ato Institucional n.º 5, a 13 de dezembro de 1968.

Franciscato defendeu o direito de o governo exigir a cassação do deputado Mário Juruna, argumentando que "se ele foi considerado emancipado e capaz pela Justiça para exercer o mandato então precisa assumir responsabilidade por seus atos".

A seu ver, a Mesa da Câmara deve ponderar bastante antes de tomar qualquer decisão, levando em conta a irritação de todos os ministros de Estado e, particularmente do ministro Válter Pires, do Exército.

"Afinal, o general Válter Pires sempre defendeu a abertura política, mas quando viu o cacique Juruna chamar todo mundo de ladrão, aborreceu-se seriamente."

Figueiredo adia reunião com Galvêas

BRASÍLIA — Apenas na próxima segunda-feira o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, irá relatar oficialmente ao presidente Figueiredo os resultados da sua recente viagem aos Estados Unidos, onde participou da Assembléia Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) e manteve uma série de contatos com representantes da comunidade financeira mundial.

Galvêas chegou a anunciar, através da sua assessoria de imprensa, que teria audiência às 16 horas de ontem com Figueiredo, mas depois o encontro foi suspenso. Embora fosse intenção do ministro realizar o encontro ontem, este em nenhum momento chegou a constar das agendas do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda.

A audiência, segundo explicou a assessoria de Galvêas, ficou para a próxima segunda-feira, que é o dia da semana em que se dão os despachos do ministro da Fazenda com o presidente da República.

Governador do Rio pede amadurecimento a todos

RIO — "Seria ridículo pretender transformar esse caso numa crise nacional", afirmou ontem o governador Leonel Brizola, ao comentar a eventual negativa por parte da Mesa da Câmara Federal de atender o pedido de cassação do mandato do deputado Mário Juruna. E refutou a possibilidade de episódio repetir o fechamento do Congresso, como em 68: "Vivemos numa época muito diferente."

Segundo Brizola, "é preciso que todos dêem demonstração de amadurecimento nesta fase da abertura democrática, na qual deve prevalecer sempre o espírito de convivência. Qualquer critério mais drástico seria inconveniente para todos".

O governador do Rio embarca hoje à noite para Brasília, onde vai se encontrar com o presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, para "trocar idéias de como procedermos, como partidos de oposição, para responder aos anseios populares, nitidamente demonstrados na defesa pela volta do pleito direto".

Mesa da Câmara se reúne duas vezes e adia decisão para hoje

BRASÍLIA — A Mesa diretora da Câmara decidiu ontem, após duas reuniões, uma pela manhã e outra à tarde, deixar para hoje a decisão sobre o caso Juruna. Foi uma tentativa de ganhar tempo, com dois objetivos: primeiro, permitir que o senador José Sarney e o líder Néelson Marchezan levassem ao Palácio do Planalto um quadro da situação da Câmara. Basicamente, esse quadro mostra que a Mesa admite uma sanção mais drástica contra o deputado — a suspensão de seu mandato —, mas que qualquer proposta nesse sentido dependeria de apreciação pelo plenário, com fortes possibilidades de ser recusada. Segundo, para que o assunto seja discutido com as lideranças partidárias e elas se convençam de que, apesar de tudo, a suspensão do mandato do ex-cacique é a punição que representa o meio-termo entre o desejo dos ministros (cassação) e a média das opiniões dos parlamentares (censura pública).

As reuniões e contatos entre as lideranças e os membros da Mesa alongaram-se por todo o dia de ontem e prosseguirão até às 10 horas de hoje, quando a Mesa finalmente tomará sua decisão. Elogiando o adiamento e ressaltando a necessidade de cautela, o deputado Paulino Cícero (PDS-MG), 1.º vice-presidente da Câmara, observou que o Legislativo "só pode se firmar na medida em que suas decisões sejam acatadas". Com isso ele quis dizer que de nada adiantaria propor a cassação de Juruna, uma vez que ela seria recusada pelo plenário, mas também não seria válido deixar o deputado sem punição, porque isso geraria um atrito com o Executivo.

Um deputado da oposição — Válter Guimarães, do PMDB paraense —, chegou a admitir que votaria pela suspensão do mandato de Juruna, desde que isso pudesse ser decidido pela própria Mesa. Mas como o Regimento Interno prevê a manifestação do plenário, não podia concordar com essa sanção, porque seria recusada e a Mesa se desmoralizaria. Prudentemente, porém, explicou que antes de dar o seu voto iria ouvir o líder de seu partido, Freitas Nobre.

O adiamento da decisão para hoje foi provocado pelo deputado Francisco Studart, do PTB carioca, que pediu vista do processo. Como pretexto, Studart argumentou que os expedientes dos ministros, enviados, à Câmara,

O deputado lamenta adiamento

BRASÍLIA — Juruna recebeu a notícia do adiamento no gabinete do deputado Amauri Muller (PDT-RJ), onde passou quase toda a tarde. Em silêncio, ouviu todos os comentários sobre os possíveis desdobramentos do caso e lamentou a espera de mais um dia: "Deviam resolver esse problema, não deixar para amanhã", disse, ao ouvir o relato feito por um colega de bancada.

Em seguida, Juruna lamentou ainda que em "toda essa história, esqueceram dos pataxós e foi por causa deles, pela exploração que está acontecendo com eles, que eu fiz o discurso. Eles estão sofrendo lá na terra, pode ter muita morte ainda dos índios e todos esqueceram isso". Lembrou o cacique que seu discurso do dia 26 de setembro foi feito logo após receber as notícias e fotografias da transferência dos pataxós, que estavam na fazenda Providência e foram levados para a fazenda São Lucas, dentro da reserva indígena de Caramuru-Paraguaçu, em Pau-Brasil (BA).

Nas fotografias, policiais militares comemoravam a transferência com bebidas alcoólicas, enquanto cerca de cem índios pataxós permaneciam na beira da estrada esperando decisão da Funai, que não sabia para onde levá-los. "Pobrezinhos" — disse — estavam sem ter para onde ir e os outros comemoravam. É assim que sempre tratam os índios."

Gov. prevê ofensa se pedido não for atendido

BRASÍLIA — O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, disse ontem que "o Executivo se sentiria ofendido se a decisão não for dentro do que pediu", no caso Juruna. Segundo ele, a Câmara dos Deputados deverá decidir "soberanamente" o pedido de cassação do mandato do deputado mas deverá "preservar" a harmonia entre os poderes. E acentuou: "Os poderes são independentes e harmônicos, o que quer dizer que se tem de preservar essa harmonia." Segundo políticos que estiveram com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leirão de Abreu, o ministro teria afirmado que o governo respeitará qualquer decisão que a Câmara vier a tomar. Mas, Carlos Átila, durante o encontro com os jornalistas, definiu a posição do governo:

"Houve um ataque ao Presidente e aos ministros. Cabe à Câmara tomar uma decisão independente, mas levando em consideração a preservação da harmonia. Ao Executivo não cabe outra ação senão a de pedir a perda do mandato, com base no Artigo 35, Item 2.º, da Constituição. O Palácio do Planalto, quando fez o pedido, se baseou na lei. É responsabilidade da Câmara acolher o pedido e decidir."

alguns simplesmente pedem providências, enquanto que outros se referem expressamente ao Artigo 35, Parágrafo 2.º da Constituição.

O deputado Amauri Muller (PDT-RS) veio em seu socorro e explicou que a Mesa da Câmara não tem competência para suscitar cassação de mandato com base naquele artigo da Constituição. Por isso, competia a ela unicamente tratar do caso Juruna dentro das disposições do Regimento Interno da Casa.

O líder do governo na Câmara, Néelson Marchezan, negou terminantemente que o adiamento da reunião tivesse algo a ver com as conversas que ele manteve com os integrantes da Mesa e com o presidente da Câmara, Flávio Marçílio. Mas o pedido feito por Studart foi visto como consequência dessas conversas.

"Cabe apelarmos a V.Excia. em saber compreender que o Mário não quis ofender ninguém, mas procurou mostrar que enquanto V.Excia. busca no Palácio do Planalto ditar normas que acrescentem melhorias ao País, pessoas do 2º e do 3º escalão ficam a manchar o nome de seu governo, desviando objetivos propostos nas leis constituídas para favorecer interesses próprios ou daqueles que fazem valer seu poder de força em detrimento da justiça e do direito".

Este é um trecho do documento que caciques de três grupos indígenas entregaram ontem no Palácio do Planalto, dirigido ao presidente Figueiredo, em defesa do deputado Mário Juruna, ameaçado de perder o mandato por ter chamado, da tribuna, o Presidente e seus ministros de "ladrões".

Os caciques — Rugalo, dos calapalós, Arítana, dos iavalapitis, e Raoni, dos txucarramães — chegaram ontem a Brasília e reuniram-se com Juruna. O chefe do Gabinete Civil, Leirão de Abreu, leu o documento com atenção e, ao final, fez um único mas não muito estimulante comentário:

"O Presidente e os ministros não têm nada de pessoal contra o índio Juruna. E qualquer que seja o desfecho do episódio — que está entregue a decisão do Congresso — ele não afetará em nada o relacionamento do governo com a comunidade dos índios."